

EDUCAÇÃO INCLUSIVA
E CONTEXTO SOCIAL:
QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS 2

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Educação Inclusiva e Contexto Social Questões Contemporâneas 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação inclusiva e contexto social [recurso eletrônico] : questões contemporâneas 2 / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação Inclusiva e Contexto Social. Questões Contemporâneas; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-434-4 DOI 10.22533/at.ed.344192506 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas” foi dividido nos Volumes 1 e 2, totalizando 56 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo de organizar esta coleção foi o de divulgar relatos e pesquisas que apresentassem e discutissem caminhos para uma educação inclusiva permeando contextos sociais distintos.

Neste Volume 2, são 30 artigos agrupados em torno de três temáticas principais. São elas: “Deficiência intelectual e inclusão educacional”, “Cegos, surdos e vivências no ambiente escolar” e “Diversidade da educação inclusiva”. Esta coleção é um convite à leitura, pesquisa e a troca de experiências.

No Volume 1 “A educação inclusiva e os contextos escolares”, são 26 artigos que apresentam discussões partindo da formação de professores à aplicação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, não somente da inclusão dos sujeitos com algum grau de deficiência física ou mental, mas também, a partir da inclusão, por exemplo, por meio da pedagogia hospitalar, do jovem e adulto e dos “superdotados”.

Entregamos ao leitor o Volume 2 do livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas”, com a intenção de divulgar o conhecimento científico e cooperar com o diálogo acadêmico na direção de uma educação cada vez mais inclusiva.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INTERVENÇÃO PROPRIOCEPTIVA: A APLICAÇÃO DA METODOLOGIA SNOEZELEN EM CRIANÇAS COM TEA, PC E ATRASO NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR	
Cristiane Gonçalves Ribas Daiara Daiane de Almeida Juliana Anton	
DOI 10.22533/at.ed.3441925061	
CAPÍTULO 2	18
ADAPTAÇÃO CURRICULAR EM MATEMÁTICA PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM ESCOLAS REGULARES	
Graziele Carolina de Almeida Marcolin Luana Taik Cardozo Tavares Alan Rodrigues de Souza Kíssia Kene Salatiel Meiry Aparecida Oliveira Vieira Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis Érica Gonçalves Campos Débora Paula Ferreira Jéssica Aparecida Rodrigues Santos Rozangela Pinto da Rocha Camila Neiva de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3441925062	
CAPÍTULO 3	24
ATIVIDADE LÚDICA COM RUBIK'S CUBE (CUBO MÁGICO) NO DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO, CONCENTRAÇÃO E HABILIDADES COGNITIVO-COMPORTAMENTAIS EM PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL MODERADA	
David Martins Campos Adriano de Souza Alves Maria do Carmo Tito Teixeira Tania Maria Lima Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.3441925063	
CAPÍTULO 4	30
INTERAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM ATIVIDADES FÍSICAS ESPORTIVAS NA APAE ESCOLA "MOLEQUE SABIDO" NO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DE MINAS – MG: ESTUDO DE CASO	
Graziele Carolina de Almeida Marcolin Luana Taik Cardozo Tavares Alan Rodrigues de Souza Kíssia Kene Salatiel Meiry Aparecida Oliveira Vieira Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis Érica Gonçalves Campos Débora Paula Ferreira Jéssica Aparecida Rodrigues Santos Rozangela Pinto da Rocha Camila Neiva de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3441925064	

CAPÍTULO 5	36
AS TECNOLOGIAS COMO AUXÍLIO NO ENSINO DE MATEMÁTICA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Sandra Mello de Menezes Felix de Souza Maria de Fátima de Oliveira Freitas Barbosa Dagmar de Mello e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3441925065	
CAPÍTULO 6	43
CONTRIBUIÇÕES DOS JOGOS NO ENSINO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN QUE APRESENTAM DIFICULDADES NA AQUISIÇÃO DE CONCEITOS MATEMÁTICOS	
Grazielle Carolina de Almeida Marcolin Luana Taik Cardozo Tavares Alan Rodrigues de Souza Kíssia Kene Salatíel Meiry Aparecida Oliveira Vieira Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis Érica Gonçalves Campos Débora Paula Ferreira Jéssica Aparecida Rodrigues Santos Rozangela Pinto da Rocha Camila Neiva de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3441925066	
CAPÍTULO 7	50
EDUCAÇÃO ESPECIAL, DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E NECESSIDADE DE APOIO: CONCEITOS E POSSIBILIDADES	
Elisiane Perufo Alles Sabrina Fernandes de Castro Iasmin Zanchi Boueri	
DOI 10.22533/at.ed.3441925067	
CAPÍTULO 8	67
EDUCANDOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA EXPERIÊNCIA POR MEIO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DA UEG/ ESEFFEGO	
Vicente Paulo Batista Dalla Déa Samuel Gomes de Souza Bruno Azevedo de Mello Bruna Teodora Zizi Pais	
DOI 10.22533/at.ed.3441925068	
CAPÍTULO 9	77
ESCOLARIZAÇÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Maria Aparecida Ferreira de Paiva Andréia Maria de Oliveira Teixeira Eliana Cristina Pedroso Andréa Rizzo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3441925069	
CAPÍTULO 10	85
ESTRATÉGIAS DIDÁTICO-METODOLÓGICAS INCLUSIVAS PARA ESTUDANTE COM SÍNDROME DE LANDAU-KLEFFNER	
Janine Cecília Gonçalves Peixoto	

Lavine Cardoso Ferreira Rocha
Priscila Moreira Corrêa-Telles
DOI 10.22533/at.ed.34419250610

CAPÍTULO 11 96

FATORES FACILITADORES E BARREIRAS DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL EM ESCOLAS DA REDE REGULAR DE ENSINO

Grazielle Carolina de Almeida Marcolin
Marisa Cotta Mancini
Luana Taik Cardozo Tavares
Alan Rodrigues de Souza
Kíssia Kene Salatiel
Meiry Aparecida Oliveira Vieira
Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis
Érica Gonçalves Campos
Débora Paula Ferreira
Jéssica Aparecida Rodrigues Santos
Rozangela Pinto da Rocha
Camila Neiva de Moura

DOI 10.22533/at.ed.34419250611

CAPÍTULO 12 105

OS IDIOMAS DO APRENDENTE: ADAPTAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS EM LÍNGUA ESPANHOLA PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

Natalia Regiane Dourado Leme Parmegiani

DOI 10.22533/at.ed.34419250612

CAPÍTULO 13 117

O ENSINO DA MATEMÁTICA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Leandro Teles Antunes dos Santos
Karina Ferreira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.34419250613

CAPÍTULO 14 128

TESTE DE VERIFICAÇÃO PARA HIPÓTESE DO NÍVEL SILÁBICO: VIABILIZANDO A APRENDIZAGEM DOS DEFICIENTES INTELECTUAIS NA APAE DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Julia Marcelina Ferreira de Melo Pereira

DOI 10.22533/at.ed.34419250614

CAPÍTULO 15 135

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DESORDEM NO PROCESSAMENTO SENSORIAL E INTERFERÊNCIAS NO COTIDIANO ESCOLAR

Joana da Rocha Moreira
Allan Rocha Damasceno
Rosangela Costa Soares Cabral
Célia Regina Machado Jannuzzi Loureiro

DOI 10.22533/at.ed.34419250615

CAPÍTULO 16 147

TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (2012-2018): UM OLHAR INVESTIGATIVO SOBRE O VIÉS DO ESTADO DO CONHECIMENTO

Emne Mourad Boufleur
Morgana de Fátima Agostini Martins

Priscila de Carvalho Acosta
Roseli Áurea Soares Sanches
DOI 10.22533/at.ed.34419250616

CAPÍTULO 17 162

CONCEITOS MATEMÁTICOS SOBRE ESPAÇO E FORMA NECESSÁRIOS PARA A ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE DE ESTUDANTES CEGOS

Eliziane de Fátima Alvaristo
Renato Hallal

DOI 10.22533/at.ed.34419250617

CAPÍTULO 18 176

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES: UM ESTUDO SOBRE AFETIVIDADE E INCLUSÃO DE CRIANÇAS CEGAS

Leida Raasch
Rita de Cássia Cristofoleti

DOI 10.22533/at.ed.34419250618

CAPÍTULO 19 185

MUSICOTERAPIA NA INCLUSÃO DE DEFICIENTES AUDITIVOS: UM ESTUDO DE CASO NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DO MUNICÍPIO DE JECEABA – MG

Grazielle Carolina de Almeida Marcolin
Luana Taik Cardozo Tavares
Alan Rodrigues de Souza
Kíssia Kene Salatiel
Meiry Aparecida Oliveira Vieira
Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis
Érica Gonçalves Campos
Débora Paula Ferreira
Jéssica Aparecida Rodrigues Santos
Rozangela Pinto da Rocha
Camila Neiva de Moura

DOI 10.22533/at.ed.34419250619

CAPÍTULO 20 193

ENSINO DE LEITURA E ESCRITA DE ALUNOS SURDOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mariana Gonçalves Ferreira de Castro
Kátia Regina de O. R. P. Santos

DOI 10.22533/at.ed.34419250620

CAPÍTULO 21 207

PESSOAS SURDAS: DIREITO À ACESSIBILIDADE E OUTRAS CONQUISTAS

Dhenny Kétully Santos Silva Aguiar
Norma Aparecida Costa dos Santos
Dheimy Tarllyson Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.34419250621

CAPÍTULO 22 217

“INCLUSÃO CONTRÁRIA” E AS NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Rosangela Costa Soares Cabral
Allan Rocha Damasceno
Joana da Rocha Moreira

CAPÍTULO 23 228

AVALIAÇÃO DE LACTENTES ABRIGADOS ENTRE 1 E 2 ANOS E 6 MESES DE IDADE NAS ÁREAS PESSOAL-SOCIAL, MOTOR FINO ADAPTATIVO, LINGUAGEM E MOTOR GROSSO

Fátima Carina Benini Bocuto

Thais Invenção Cabral

Eloisa Tudella

Andrea Baraldi Cunha

DOI 10.22533/at.ed.34419250623

CAPÍTULO 24 237

CONSTRUINDO PAREDES INCLUSIVAS SOB O OLHAR DO GESTOR DEMOCRÁTICO

Arilza Landeiro Guimaraes Dalonso

DOI 10.22533/at.ed.34419250624

CAPÍTULO 25 248

O ALUNO DISLÉXICO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Marília Piazzzi Seno

Simone Aparecida Capellini

DOI 10.22533/at.ed.34419250625

CAPÍTULO 26 257

ABORDAGEM METODOLÓGICA SOBRE A SEMANA SANTA EM LÍNGUA INGLESA EM SALA DE AULA

Ana Kécia da Silva Costa

DOI 10.22533/at.ed.34419250626

CAPÍTULO 27 263

DO ORALISMO AO BILINGUISMO: O MOVIMENTO DA LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Clélia Maria Ignatius Nogueira

Maria Lucia Panossian

Beatriz Ignatius Nogueira Soares

DOI 10.22533/at.ed.34419250627

CAPÍTULO 28 274

EDUCAÇÃO PARA IMIGRANTES E CULTURAS LATINO - AMERICANAS: O DIÁLOGO INTERCULTURAL NA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SÃO PAULO

Adriana de Carvalho Alves Braga

Cristiane Santana Silva

DOI 10.22533/at.ed.34419250628

CAPÍTULO 29 290

EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO: OFICINA DE MEMÓRIA E APOIO PEDAGÓGICO PARA JOVENS E ADULTOS COM SÍNDROME DE DOWN

Neila Santos Brandão,

Sérgio Adriany Santos Moreira

DOI 10.22533/at.ed.34419250629

CAPÍTULO 30	300
O OLHAR DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO À INCLUSÃO DOS SURDOS NO ENSINO REGULAR	
Liliane Viana Soares	
Patrícia Siqueira dos Santos	
Eleny Brandão Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.34419250630	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	312

EDUCAÇÃO PARA IMIGRANTES E CULTURAS LATINO - AMERICANAS: O DIÁLOGO INTERCULTURAL NA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SÃO PAULO

Adriana de Carvalho Alves Braga

Doutoranda em Educação, Arte e História da
Cultura, Mackenzie
São Paulo – SP

Cristiane Santana Silva

Doutoranda em Estudos Comparados de
Literaturas de Língua Portuguesa, FFLCH/USP
São Paulo – SP

RESUMO: Ao refletirmos sobre os contextos da educação contemporânea, um fenômeno que tem despertado cada vez mais interesse é a presença dos estudantes imigrantes nas escolas públicas paulistanas, fenômeno social que tem demandado reflexões sobre as transformações no quadro sociocultural da cidade e da comunidade escolar, alterando significativamente as construções da cultura escolar. A presença desses estudantes, que compõem os fluxos migratórios contemporâneos na cidade de São Paulo – em sua maioria latino-americanos e caribenhos – requer da escola, a construção de práticas pedagógicas acolhedoras e que reconheçam a diversidade étnica e cultural que então se apresenta. Nesse texto, apresentamos o relato de uma experiência em Formação Continuada implementada pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, com suas atividades realizadas por

meio da Coordenadoria Pedagógica/Núcleo de Educação Étnico-racial, que estruturou uma área de trabalho planejada para atender às ações formativas da Educação para Imigrantes. Essa linha de atuação, por ser inédita, precisou estruturar-se a partir do diálogo com movimentos sociais, identificando demandas, conflitos e estratégias para uma atuação alinhada à perspectiva de combate à xenofobia, ao preconceito, à discriminação e ao racismo, visto que as situações de conflito no contexto mencionado trazem em sua origem, para além da questão da nacionalidade, marcadores como raça e classe. Neste sentido, o texto objetiva compartilhar e analisar momentos pontuais dessa trajetória, por acreditar-se que o processo de formação continuada se converteu em uma experiência de inclusão, fomentando a construção de práticas inclusivas no espaço escolar visando o efetivo acolhimento de estudantes imigrantes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação para Imigrantes; Formação de professores; Educação para as Relações Étnico-raciais; Currículo escolar; América Latina;

ABSTRACT: When we ponder about the context of contemporary education a phenomenon that aroused interest is the presence of immigrant students of the paulistas' public schools that have been demanding considerations about the

changings of the city and school sociocultural environment, altering significantly the constructions of the school culture. The presence of those students which make up the current migratory fluxes of São Paulo – overall Latin-americans and Caribbeans – requires from the school the construction of pedagogical reception practices that recognizes the appear of ethnic and cultural diversity. In this paper, we present the account of an experience in Continuing Training carried out by the Municipal São Paulo Secretary of Education which realized through the Pedagogical Coordinator/Core of Ethnic Racial Education that basis a work area planned to comply with the formative actions of Education for Immigrants. This first line of work needed to basis itself in the dialogue with social movements, identifying demands, conflicts and strategies for a performance aligned to the struggle perspective against prejudice, discrimination and racism, now that the conflict situations in the mentioned context bring in its origin, beyond the nationality question, definers as ethnic and class. Thus, the paper scope is share and analyze specific moments of that trajectory, we believe that the process of continuing training converted itself in an experience of inclusion, promoting the construction of inclusive practices at schools' environment aiming the effective reception of immigrants' students.

KEYWORDS: Education for Immigrants; Teacher training; Education for Ethnic-Racial Relations; School curriculum; Latin America;

1 | INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a cidade de São Paulo tem despontado como destino de muitas famílias que buscam melhores condições de vida, realização de sonhos pessoais e profissionais. Esse fenômeno migratório não deveria causar estranhamento aos paulistanos, posto que as populações imigrantes, especialmente europeias, contribuíram significativamente para o desenvolvimento da cidade, sendo a imigração um traço sociocultural e histórico valorizado na capital paulista. Muitas dessas famílias buscam o sistema público de ensino para matricular seus filhos, o que altera significativamente a cultura escolar e demanda ações pedagógicas que contemplem essa diversidade étnica e cultural.

El paisaje urbano de la ciudad de San Pablo ha venido experimentando transformaciones causadas por cambios en su estructura demográfica y económica. Por un lado, la ciudad ha recuperado uno de sus rasgos singulares hasta comienzos del siglo XX: su característica de “ciudad de inmigración”, multicultural, y con capacidad de integrar a diferentes comunidades de migrantes. Por otro lado, esta urbe se ha ido distanciando de la imagen de centro industrial del país establecida durante el siglo XX, aproximándose a la idea de “ciudad global”: un centro financiero, comercial y de servicios. (IPPDH: 2017, p. 16)

No que se refere à utilização dos serviços públicos por essa parcela de cidadãos, cabe lembrar que existem inúmeros dispositivos legais e jurídicos que asseguram os direitos, independentemente da situação documental. Considerando especificamente

o direito à Educação, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura que este é um direito de todos (artigo 205), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990), assegura o direito a uma Educação que vise o desenvolvimento de sua pessoa e o exercício da cidadania (artigo 53) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), em seu artigo 5º define o acesso à educação básica obrigatória como um direito público subjetivo.

No início dos anos 90 o direito à educação por parte da população imigrante foi questionado, através da Resolução nº 9/1990 da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, que determinou que os estudantes não documentados fossem sumariamente excluídos do processo educativo formal. Ao refletir sobre os direitos sociais dos estudantes imigrantes, Magalhães (2012) afirma que o desrespeito à Constituição Federal teve como fundamento o Estatuto do Estrangeiro e,

Em que pese o valor da Constituição Nacional e do Estatuto da Criança e do Adolescente, que afirmam a educação como um direito de todas as pessoas – e não apenas dos cidadãos e cidadãs brasileiros –, o anacronismo do Estatuto do Estrangeiro (Lei 6815/80) já causou (e ainda causa em alguns casos) entraves de diversas ordens para a realização dos direitos das populações imigrantes, em particular daqueles em situação irregular. Com base nessa lei, em janeiro do ano de 1990, foi aprovada a Resolução n. 9 pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, que proibia crianças sem documentos de frequentarem a escola, particular ou pública. (MAGALHÃES, 2012, p. 57)

Nos 5 anos que se sucederam a esse flagrante desrespeito e exclusão social vivenciada por muitos estudantes imigrantes, a sociedade civil se organizou e promoveu mobilizações com o intuito de pressionar o governo do estado a revogar essa Resolução. As pressões políticas surtiram efeito e houve a revogação, sendo essa Resolução nº 09/1990 substituída pela Resolução nº 10/1995 que reforçava justamente o direito ao ensino para as crianças e adolescentes imigrantes, independentemente do status legal que se encontravam no país (MAGALHÃES, 2012, p. 57). Desse período em diante, diversas normatizações foram concebidas no sentido de assegurar o direito à cidadania plena aos imigrantes e, nessa perspectiva, algumas são paradigmáticas, como a Lei Municipal 16.478/16, que orienta o acesso aos serviços públicos na cidade de São Paulo.

Na esfera do município de São Paulo, é importante ressaltar a construção de Políticas Públicas voltadas para atender às necessidades dessa população a partir de 2013: a criação, no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania/SMDHC, da Coordenação de Políticas para Migrantes/CPMig, cujo objetivo era articular as políticas públicas migratórias no município de forma transversal, intersetorial e intersecretarial; a criação de uma Cadeira Extraordinária para Conselheiros Participativos Imigrantes no Conselho Participativo Municipal; e o Centro de Referência e Acolhimento ao Imigrante/CRAI, que oferece acolhimento e atendimento especializado aos imigrantes como suporte jurídico, apoio psicológico e oficinas de qualificação profissional.

No âmbito educacional, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, além de atuar no Comitê Intersecretarial de Políticas para a População Imigrante, produziu diversos mecanismos legais que asseguram o acesso, a permanência e a terminalidade dos estudos por parte dos estudantes imigrantes. Um dos exemplos disso foi a publicação da Portaria 6837/14/SME, de 23/12/2014, que dispõe sobre o Regimento Escolar e dedica quatro artigos aos “alunos estrangeiros”, o que orienta o setor administrativo das unidades educacionais a atender com qualidade essa população. O artigo 29, por exemplo, explicita que o aluno estrangeiro terá assegurado o direito à matrícula e continuidade de estudos na Rede Municipal de Ensino, sem qualquer discriminação e independentemente de sua situação documental ou migratória no país. Este documento determina, ainda, a classificação dos estudantes no ano/série adequados a sua faixa etária no caso da ausência de documentação escolar, o que significa a garantia do acesso mesmo sem a documentação comprobatória de seu país de origem.

Cabe ressaltar que as regulamentações jurídicas são importantes, porque criam um escopo legal que legitima as demandas, contudo, por si só não são capazes de promover inovações no processo de acolhimento aos estudantes imigrantes, pois leis, decretos e portarias não determinam o fracasso nem o sucesso desses estudantes. Por esse motivo, é fundamental refletir sobre o caráter pedagógico do atendimento aos estudantes, tendo em vista esse *corpus* legal. A escola deve ser compreendida como uma das instâncias de efetivação de direitos, logo, a prática pedagógica corporifica os mecanismos jurídicos, pois é nesse espaço que o direito à educação se concretiza. E, por esse motivo, o investimento na formação dos quadros docente, operacional e gestor, surte efeitos significativos, pois são os servidores públicos que operacionalizam o direito à educação.

Para construir uma Política Pública de Formação Continuada e em serviço, o Núcleo de Educação Étnico-racial da Coordenadoria Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo desenvolveu o *Programa de Formação em Educação para as Relações Étnico-raciais: Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08*, que foi construído com o intuito de promover ações formativas aos profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Este Núcleo se organizou, a partir de 2013, em três áreas de atuação: História e Cultura Africana e Afro-brasileira, História e Cultura Indígena e Educação para Imigrantes/Culturas Latino-americanas. A tarefa da *Educação para Imigrantes* foi proporcionar a formação para os educadores que atuavam com alunos imigrantes, conhecer as demandas e propor reflexões que contribuíssem para o aprimoramento das práticas. Cabe informar que, a partir de 2016, incluiu-se ao escopo legal a Lei Municipal 16.478/16, a qual instituiu a Política Municipal para a População Imigrante.

A constituição de uma área especialmente dedicada a Educação para Imigrantes foi um grande desafio pois, diferentemente das outras duas áreas de atuação, não havia referências – as únicas diretrizes existentes dizem respeito à documentação

– e, por esse motivo, o trabalho começou a ser construído a partir da escuta das demandas trazidas por educadores que atuavam nas unidades educacionais com quantidades expressivas de matrículas de imigrantes e a pesquisa de trabalhos acadêmicos relacionados ao tema, como a pesquisa de Magalhães (2012) mencionada anteriormente.

No processo de escuta aos educadores, foram formuladas algumas questões: os entraves de comunicação postos pela diversidade linguística; as dificuldades de estabelecimento de vínculos entre a escola e a família, pois muitas dessas estavam em condição de indocumentadas, o que acirrava o ‘medo’ do Estado (a escola, nesse caso, é representante do Estado brasileiro); o interesse em compreender as culturas de origem desses imigrantes e; a curiosidade em conhecer o modo de vida e as condições de trabalho das famílias; as dificuldades em aceitar a presença cada vez mais numerosa de imigrantes em São Paulo, tendo em vista as condições de vulnerabilidade social a que estão submetidos os nacionais.

Na ausência de referenciais que dessem conta de atender a essas indagações, a construção das diretrizes operacionais acionou as organizações do Movimento Social de Imigrantes que atuam na cidade de São Paulo. O chamamento a essas instituições se deu a partir de setembro de 2014, por ocasião do planejamento do calendário de mobilização dedicado a discutir as demandas dos educadores, a *I Mostra Cultural Dezembro Imigrante nos CEUs/2014*. As reuniões de trabalho se estruturaram de modo a privilegiar a participação dos representantes da sociedade civil, nas quais as integrantes da equipe do NEER expunham as demandas para apreciação e discutiam coletivamente. Através dessas reuniões de trabalho foram estabelecidos os três eixos conceituais que consolidaram o trabalho formativo da área de Educação para Imigrantes: Migração como Direito Humano; Combate ao preconceito, discriminação, racismo e xenofobia e; Por uma prática pedagógica Intercultural;

Considerar a migração como direito humano requer assumir um posicionamento crítico perante as falas do senso comum – marcadamente preconceituosas e que, muitas vezes, se reverberam através da mídia – e a adequação do vocabulário ao tratar dessas populações. O termo estrangeiro foi profundamente problematizado, uma vez que se remete ao que vem de fora, ao que não pertence ao coletivo social e, nesse aspecto, cabe ressaltar que as famílias imigrantes e seus filhos são parte das comunidades em que vivem e trabalham, não configurando um corpo estranho ao tecido social. Para compreender a migração como um direito humano, é imprescindível compreender as comunidades humanas em seu processo histórico de migração – desde os deslocamentos da África até os conflitos contemporâneos, conhecendo e reconhecendo os diversos tratados e resoluções da Organização das Nações Unidas, dos quais o Brasil é signatário.

O eixo referente ao combate ao preconceito, discriminação, racismo e xenofobia gerou muita discussão, pois as situações de discriminação de que são alvos os estudantes imigrantes são um dos temas preocupantes na sociedade civil, a ponto de

serem denunciadas nas audiências públicas realizadas pelo poder público municipal e as comunidades, no decorrer do ano de 2013. Naquele momento, o termo utilizado pelas famílias geralmente era *prejuicio*, que em castelhano significa preconceito – o que invariavelmente, se afasta a noção de bullying. A discriminação em relação a estes estudantes articula-se com aquela que já é estrutural na sociedade brasileira, pois tem como alicerce o elemento racial. A quase totalidade das matrículas de estudantes imigrantes concentra-se entre os africanos, latino-americanos e caribenhos, que são, majoritariamente negros e indígenas. O Núcleo Étnico-racial já tinha como eixos de discussão o combate ao preconceito, a discriminação e o racismo contudo, as atividades envolvendo a temática das imigrações contemporâneas trouxeram à tona a necessidade de se inserir o combate a xenofobia nesse escopo.

A defesa de uma prática pedagógica intercultural foi construída a partir das organizações sociais que atuam diretamente com a defesa dos direitos relacionados à Educação. Esse eixo articula-se com as condições de permanência e a criação de vínculos entre os estudantes e a comunidade escolar. A Interculturalidade foi defendida a partir de seu caráter crítico, sendo esse um dos mecanismos para combater a invisibilidade a que estão submetidos os estudantes imigrantes, uma vez que o reconhecimento de sua presença na unidade escolar deve, necessariamente, implicar no envolvimento desse com a comunidade escolar. A esse respeito, foi amplamente debatida a importância da promoção de atividades culturais como ferramenta de visibilidade.

A percepção do imigrante e a defesa deste como um sujeito de direitos está invariavelmente relacionada à proporção de melanina na pele e aos traços fenotípicos. Sendo a escola um dos espaços privilegiados de problematização das estruturas sociais, discutir o racismo como elemento decorrente das relações de colonialidade é uma das tarefas mais necessárias quando se discute cidadania. As demandas apresentadas pelas comunidades imigrantes geralmente trazem como elemento comum a discriminação racial. Compreender a produção e difusão cultural das populações imigrantes de São Paulo em seu caráter formativo demandou a assunção de uma pedagogia pensada a partir dos sujeitos invisibilizados socialmente, o que orientou as ações voltadas a promoção do protagonismo dessas populações.

2 | EDUCAÇÃO PARA IMIGRANTES: OS PRINCÍPIOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Todo o trabalho de Formação Continuada foi concebido de modo a atender alguns princípios e, dentre eles, destacamos o combate as manifestações de preconceito, discriminação, racismo e xenofobia por meio da promoção de uma cultura de cidadania e valorização da diversidade, com foco no papel formativo, educativo e emancipatório na promoção da igualdade racial que a escola detém. A articulação entre esse princípio

e o trabalho pedagógico ocorreu mediante a inserção, no debate educacional, de temas vinculados às Correntes Migratórias Contemporâneas e às culturas que delas advém, tais como: concepções de sujeito, infância e escola, expressões artísticas (literatura, audiovisual, música, teatro, dança, etc.), relações de trabalho, legislação e os principais fluxos migratórios contemporâneos. A introdução dessa perspectiva nas atividades formativas possibilitou avançar na compreensão do papel da escola no acolhimento as diferenças, especificamente aquelas oriundas do contexto cultural imigrante, de modo que essas diferenças fossem valorizadas.

Acreditamos que o elemento que enriqueceu essa proposta formativa foi aproximação proporcionada entre os educadores e as culturas imigrantes, sendo que a imersão cultural foi compreendida como elemento formativo. Por intermédio da fruição cultural estabeleceu-se o diálogo entre a escola e as comunidades imigrantes. Esse processo dialógico e embebido nas produções culturais dos imigrantes garantiu a visibilidade dos sujeitos e seus fazeres culturais, contudo, interessava-nos alavancar a discussão sobre o protagonismo dessas comunidades no debate curricular, de modo que fossem considerados como agentes de promoção de aprendizagens no interior da escola, garantindo, dessa forma, acolhimento dos estudantes imigrantes na cultura escolar.

Essa possibilidade alinhou-se ao que tem sido debatido em relação ao conceito de Interculturalidade, especialmente na produção de Candau (2012). Quando reflete sobre o conceito de Interculturalidade aplicado a educação, a pesquisadora assinala que essa perspectiva conceitual “orienta processos que tem por base o reconhecimento do direito à diferença e a luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social” (CANDAU: 2012, p. 46). Logo, a busca pela construção de relações dialógicas e igualitárias é uma das premissas, pois o que fundamenta o conceito de Interculturalidade é justamente a experiência social produzida a partir de pessoas e grupos de universos culturais distintos. Ao proporcionar o contato entre os educadores e as comunidades imigrantes, foi basilar considerar e incentivar os protagonismos, na fala e na ação desses sujeitos.

Finalmente, cabe salientar o papel das escolas nesse processo de formação, uma vez que a divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelos professores foi imprescindível para a composição das atividades formativas. A incorporação dos fazeres docentes nas mesas de discussão corrobora com o que afirmaram Giroux e McLaren (1994), quando salientam que é fundamental:

(...) reconhecer que as escolas são instituições históricas e culturais que sempre incorporam interesses ideológicos e políticos. Não raro, a forma como atribuem significados à realidade é fortemente contestada por diferentes indivíduos e grupos” (1994, p. 142).

Nessa trajetória de reconhecimento, é fundamental dar voz aos sujeitos que efetivam os direitos de aprendizagem – os educadores – assim, a divulgação das práticas pedagógicas de acolhimento à comunidade imigrante desenvolvidas

pelas escolas municipais de São Paulo articula-se a uma proposta de formação e autoformação, da Rede para a própria Rede. Compreendendo as escolas também como um território de contestação e produção cultural, é fundamental considerar que estas “incorporam representações e práticas que tanto estimulam quanto inibem o exercício da ação humana no meio dos estudantes” (GIROUX; MCLAREN: 1994, p. 143) e por essa razão, apresentar o que é realizado pelas escolas é uma estratégia que garante o protagonismo docente no processo de Formação Continuada.

3 | ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA: SUJEITOS, MECANISMOS E PROCEDIMENTOS

Para desenvolver o Plano de Ação que contemplasse a formação específica nas temáticas relacionadas às culturas imigrantes, foi fundamental que a Secretaria Municipal de Educação buscasse constituir parcerias junto à sociedade civil, universidades e demais secretarias municipais, valendo-se de diversos mecanismos de cooperação, sendo o primeiro destes, a abertura de dois Editais de Credenciamento que visavam contratar formadores e arte-educadores para desenvolver conteúdo conceitual e oficinas em diversas ações formativas: cursos, seminários, palestras em unidades educacionais, assessoria temática aos projetos pedagógicos e encontros com a comunidade escolar.

Com a Portaria Intersecretarial – SME/SMPIR/SMDHC/SMC nº 01, de 19 de maio de 2014, foi constituída a Comissão Organizadora das atividades do calendário formativo, entre elas a *Mostra Cultural Dezembro Imigrante*. Essa pactuação entre as secretarias foi importante porque possibilitou o trabalho em conjunto entre os diversos setores da gestão pública municipal que tinham ações direcionadas a atender às reivindicações da população imigrante, especialmente a SMDHC/Coordenação de Políticas para Migrantes que aportou significativas contribuições para a concepção, organização e desenvolvimento das ações.

Outro elemento que contribuiu para o sucesso do Plano de Trabalho em Educação para Imigrantes foi a articulação entre o trabalho desenvolvido pelo órgão central (SME/COPED/Núcleo de Educação Étnico-racial), os órgãos regionais (Diretorias Regionais de Educação) e as Unidades Educacionais, movimento que denominamos internamente de ‘triangulação’. Todos os eventos mobilizadores realizados entre os anos 2013-2016 tiveram como elemento comum a parceria entre esses três entes e, para operacionalizar as ações, foram constituídos Grupos de Trabalho de Educação para as Relações Étnico-raciais em cada um dos territórios da cidade.

No organograma da SMESP, a cidade é dividida em 13 regiões administrativas, que são as DREs (Diretorias Regionais de Educação): Butantã, Campo Limpo, Capela do Socorro, Freguesia/Brasilândia, Guaianases, Ipiranga, Itaquera, Jaçanã/Tremembé, Penha, Pirituba/Jaraguá, São Mateus, Santo Amaro e São Miguel Paulista. A estratégia dos Grupos de Trabalhos foi fomentada pelo Núcleo de Educação Étnico-racial por apontarem como uma iniciativa muito profícua na organização dos educadores em

seus territórios de atuação e, além dos GTs regionais, reunia-se uma vez por mês, o Grupo de Trabalho Permanente, GTP, que agrupava os profissionais das DREs com a equipe da SME. Foram nessas reuniões que as atividades foram planejadas e distribuídas por toda a cidade, de modo equitativo e respeitando as características e necessidades de cada região. Foram também os representantes das DREs que integravam o GTP (Supervisores Escolares, integrantes das Divisões Pedagógicas e Divisões de Educação Integral) que indicaram as unidades educacionais que realizavam trabalhos pedagógicos de referência, para seus educadores fossem apresentar suas experiências nas atividades formativas.

Por último, cabe salientar a importância de trazer os movimentos sociais para debater a educação pública municipal, elemento que enriqueceu o percurso formativo de todos os envolvidos. Foram inúmeras reuniões de trabalho em que houve a participação ativa de diversos representantes das organizações populares que atuam na temática migratória, que forneceram contribuições que realçaram os propósitos do trabalho, uma vez que são essas vozes que suscitaram as reflexões mais profundas. O movimento social esteve presente ministrando oficinas, realizando espetáculos musicais e teatrais, rodas de conversa, palestras e atuaram planejando, executando e avaliando todas as etapas do processo formativo, e este envolvimento foi o que garantiu que as discussões desencadeadas emergissem do seio do tecido social.

4 | FORMAÇÃO CONTINUADA E CULTURA: BREVE RELATO DAS AÇÕES

As atividades realizadas na área *Educação para Imigrantes* ocorreram entre os anos de 2014 e 2016, sendo as mais destacadas aquelas que promoveram atividades que atrelaram a formação conceitual à vivência cultural, mediadas pelo diálogo Intercultural. Essas atividades foram: I Mostra Cultural *Dezembro Imigrante nos CEUs/2014*, II Mostra Cultural *Dezembro Imigrante nos CEUs/2015* e a I Mostra Cultural *Brasil Latino/2016*. A escolha do mês de dezembro para a realização das Mostras se justifica pela importância do período para os movimentos sociais, como a Marcha dos Imigrantes na cidade de São Paulo e a celebração do Dia Internacional do Imigrante em 18 de dezembro.

A seguir, apresentaremos as principais atividades desenvolvidas nesses eventos mobilizadores. Com exceção dos seminários e cursos destinados aos educadores - cujo número de vagas foi antecipadamente divulgado através do Diário Oficial -, não é possível aferir o público participante em cada uma das atividades, uma vez que eram abertas ao público que usufrui os espaços dos CEUs e demais equipamentos que recebeu a programação.

4.1 I Mostra Cultural “Dezembro Imigrante nos CEUs/2014”



Figura 1, cartaz da I Mostra Cultural Dezembro Imigrante nos CEUs/2014

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação/Núcleo de Educação Étnico-racial

Realizada em dezembro de 2014, a primeira mostra mobilizadora ocorreu em diversos espaços da cidade, considerando as características dos fluxos migratórios contemporâneos observados em cada região. Abaixo apresentamos a sistematização dos seminários e cursos oferecidos especificamente aos educadores da Rede Municipal de Ensino.

Evento	Locais	Atividades culturais	Vagas
Seminário “Olhares para a Imigração em São Paulo: subsídios para práticas pedagógicas voltadas à diversidade cultural”	CEU Quinta do Sol, Auditório da DRE Freguesia/Brasilândia.	“Sendero” (Chile/Brasil), “Acuarela Paraguaia” (Paraguai), “Mariachis Guadalajara” (México), “Tinkus Jaira” (Bolívia), Exposição fotográfica “Qhapaq Ñan: o caminho Inca” (Peru)	430
Seminário “Educação e Migração: acesso, permanência e valorização da diversidade”	Auditório da Subprefeitura V. Maria/Guilherme	“Peru Inkas” (Peru)	100
Curso “Olhares para a imigração na cidade: contribuições para uma educação intercultural”.	Praça Kantuta, Câmara Municipal de São Paulo e Galeria Olido	Grupo “Sendero”, oficina de dança com o Coletivo “Si, yo Puedo!” (Bolívia), Exposição fotográfica “Lembranças” (Bolívia)	70

Tabela 1 – Atividades formativas destinadas a educadores

Como planejamos atividades de formação que ultrapassassem os muros da escola, a programação incluiu eventos em unidades escolares. Foram realizadas oficinas, espetáculos musicais e teatrais para alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA.

Local	Atividade	Público
EMEF Infante dom Henrique	show “Latinos Sound Crew” (Bolívia)	Alunos e Comunidade Escolar (Mostra Cultural da escola)
EMEF Dona Angeli-na Maffei Vita	Oficina “Roteiro Cultural: Bolívia”. Apresentação musical “Son de los Andes” (Peru)	Professores e alunos da EJA
CEU Aricanduva:	Oficinas: “Baú de Histórias: uma volta ao mundo” (Brasil), “Kussunde” (Angola), “Ryuusei Taiko” (Japão). Shows: “Mariachis Guadalajara” (México) e “Peru Inkas” (Peru)	Oficinas: alunos do CEU Shows: Comunidade escolar
CEU Lajeado	Oficina: “Baú de Histórias: uma volta ao mundo” (Brasil). Peça de teatro “Camiños Invisibles” (Bolívia). Roda de Conversa “Acesso a Saúde Pública para Imigrantes”. Apresentação de dança Ballet “Si, yo puedo” (Bolívia).	Oficina: alunos do CEU Roda de conversa: Comunidade escolar (imigrantes) Teatro e dança: Comunidade Escolar
CEU Paz	Oficina: Kussunde (Angola). Show “Os Escolhidos” (Música africana contemporânea)	Oficina: alunos do CEU Show: Comunidade escolar
CEU São Rafael	Peça de teatro “Camiños Invisibles” (Bolívia).	Comunidade escolar

Tabela 2 – Atividades em unidades escolares

Além das unidades educacionais, outros espaços foram utilizados para a realização das atividades formativas, sendo este um dos mecanismos de propiciar a vivência, por parte dos educadores, de outros espaços que mobilizam saberes relacionados a presença migratória na cidade de São Paulo.

Local	Atividade	Público
- CRAI (Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes)	Oficina de “Mostra de Cinema Brasileiro” e “A caça” (Brasil)	Imigrantes que utilizam os espaços do CRAI
Museu da Imigração	Roda de conversa “O acesso à educação e a imigração”	Professores e demais interessados

Tabela 3 – Atividade em outros espaços da cidade

4.2 II Mostra Cultural “Dezembro Imigrante nos CEUs/2015”



Figura 2, cartaz da I Mostra Cultural Dezembro Imigrante nos CEUs/2015
 Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação/Núcleo de Educação Étnico-racial

Realizada entre os dias 30 de novembro e 19 de dezembro de 2015, a segunda edição da Mostra Dezembro Imigrante teve como tema *“Educação e Imigração na cidade de São Paulo: garantindo os direitos de aprendizagem a partir de uma prática pedagógica intercultural, antirracista e antixenofóbica”*. O diferencial entre essa edição e a primeira, foi o investimento em cursos de maior duração, visando aprofundar a discussão conceitual com vistas a reflexão curricular, uma vez que a Rede Municipal de Ensino de São Paulo estava discutindo amplamente a revisão curricular. Entre as atividades realizadas, destacamos:

Curso	Local	Vagas
Compreendendo os processos migratórios em São Paulo: estratégias para uma Educação anti-xenofóbica	Auditório da DRE São Miguel e CEU Paraisópolis	330
Juventude migrante latino-americana no Cinema Contemporâneo	CEU Casablanca	50
Imigração Caribenha em São Paulo: aportes históricos, literários e Audio-visuais para uma prática pedagógica antirracista e anti-xenofóbica	Auditório da DRE Ipiranga	50
Imigração e língua espanhola nas escolas públicas municipais de São Paulo	Biblioteca da Vila Maria	50
Somos Todos Migrantes: educação e migrações na cidade de São Paulo	CEU Lajeado e CEU Caminho do Mar	200
Territórios de Identidade e memória: os museus como espaços de aprendizagem e valorização da diversidade”	Auditório da DRE Penha, Museu da Imigração e Memorial da América Latina	50

Tabela 4 – Cursos de Formação para educadores

4.3 I Mostra Cultural “Brasil Latino: revelando a América Latina para a Educação Paulistana/2016”



Figura 3, cartaz da I Mostra Cultural “Brasil Latino: revelando a América Latina para a Educação Paulistana/2016”. Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Educação/Núcleo de Educação Étnico-racial

Essa mostra cultural, inteiramente dedicada a refletir sobre os processos culturais latino-americanos ocorreu entre os dias 10 e 31 de maio de 2016. O evento tinha como objetivo central propiciar a educadores, educandos e comunidade escolar, o acesso alguns dos elementos da Cultura Latino-americana. Na programação, além das apresentações de grupos musicais, ocorreram atividades de formação continuada destinada a refletir sobre o continente, de onde se originam cerca de 78% das matrículas de estudantes imigrantes.

Evento	Local	Atividade	Vagas
Seminário “Brasil Latino: revelando a América Latina para a Educação Paulistana”.	CEU Caminho do Mar e CEU Vila Curuçá	Discussão conceitual e apresentações musicais dos grupos Raíces de América e Tarancón	600
Curso “El cantar tiene sentido: introdução ao espanhol através do cancionero latino-americano”.	UNICEU/Aricanduva, Auditório da DRE Freguesia/Brasilândia e Auditório da Secretaria Municipal de Educação	Curso básico de Espanhol utilizando como recursos didáticos a música popular latino-americana.	200
Fórum “A América Latina no Currículo: vivenciando a cultura e refletindo sobre a prática pedagógica”	EMEF Infante dom Henrique	Conferência sobre currículo, oficinas (Literatura, cinema e música) e Roda de Conversa	100

Tabela 5 - Atividades de formação da Mostra Brasil Latino

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a construção de Políticas Públicas que atendam às necessidades formativas dos educadores é um dos mecanismos para a garantia da qualidade social da educação, que deve contemplar a todos os cidadãos, independentemente de sua situação em território nacional. A melhoria do processo ensino-aprendizagem é um dos objetivos a serem perseguidos pelos sistemas de ensino e se tratando da educação pública paulistana, que é orientada por princípios freireanos, o diálogo com os movimentos sociais e os produtores culturais das comunidades imigrantes foi um dos elementos centrais para o sucesso do trabalho desenvolvido. O investimento em Formação Continuada assegura a defesa dos direitos sociais e, a esse respeito, o documento *Migrantes Regionales en la ciudad de San Pablo: Derechos sociales y Políticas Públicas* salienta a importância do trabalho em Educação para Imigrantes desenvolvido por SME/COPED/Núcleo de Educação Étnico-racial e informa que

En materia de derecho a la educación se observa un conjunto de iniciativas

especialmente orientadas al combate a la discriminación hacia los niños y las niñas migrantes en el ámbito de la educación pública, con el objetivo de garantizar este derecho. Estas acciones se desarrollan en un contexto de acceso universal de los niños y las niñas migrantes a la educación pública en la ciudad de San Pablo, analizado en la primera sección del informe. (IPPDH: 2017, p. 128)

Esse balanço, produzido por um órgão de integração regional que cumpre um papel tão relevante, como é o caso do Mercosul, assinala que as estratégias adotadas na fase de elaboração da proposta de trabalho em Educação para Imigrantes foram acertadas, pois garantiram a compreensão da educação como direito, o que implicou na mobilização dos conceitos fundamentais que assegurassem a defesa dos direitos humanos.

Ao tratar da discussão curricular, proposta a partir das reflexões sobre as culturas imigrantes, o documento citado avalia que

Una de las acciones que desarrolla el Núcleo de Educación Étnico Racial de la SME es la revisión del diseño y los contenidos curriculares de las escuelas municipales. Se trata de una revisión que busca romper con la historia eurocéntrica, al tiempo que valoriza los saberes indígenas y la diversidad de las culturas latinoamericanas. Se trata de una iniciativa reciente, valorada por los migrantes que se encuentran familiarizados con ella. (IPPDH: 2017, p. 128-129)

O movimento de revisão curricular configurou como uma das demandas colocadas pela Gestão 2013-2016 para a Rede Municipal de Ensino de São Paulo e o eixo da descolonização do currículo foi, inevitavelmente, o paradigma no qual se assentaram todas as propostas. No que se refere a Educação para Imigrantes, acreditamos que esta área cumpriu um duplo papel, na medida em que proporcionou a visibilidade dos estudantes e possibilitou a inclusão de sua cultura aos projetos pedagógicos desenvolvidos pela unidade educacional.

A inclusão de temas relativos às culturas imigrantes atende à necessidade de reformulação curricular na medida em que propicia, aos educadores, construir novas abordagens de ensino pautadas na realidade vivenciada pela comunidade escolar. Nesse sentido, a inovação pedagógica parte necessariamente do acolhimento à cultura, saberes e expectativas dos estudantes e suas famílias, elemento que promove o enriquecimento do processo ensino-aprendizagem. Incluir, dentre os conteúdos de ensino, a música, a literatura e a produção audiovisual das populações imigrantes é um dos mecanismos que possibilitam o rompimento de uma perspectiva eurocentrada de produção de conhecimento, o que vai ao encontro da proposta de reorganização curricular proposta para a Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

Os aportes para a construção de práticas pedagógicas orientadas pela perspectiva da Educação para as Relações Étnico-raciais foi a grande contribuição que o “Programa de Formação em Educação para as Relações Étnico-raciais: Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08 e Lei Municipal 16.478/16” alcançou por meio das diversas ações formativas. A esse respeito, é digno de nota o avanço que o trabalho em Educação para Imigrante experimentou e, de forma articulada com diversos setores – sociedade civil, universidades e demais secretarias municipais – promoveu a garantia

do direito a educação por parte da população imigrante

En el período reciente se han promovido diversas acciones para garantizar la vigencia del derecho a la educación de los niños y las niñas migrantes e hijos de migrantes, principalmente a través del combate a la xenofobia en el ámbito de la educación pública. Estas medidas han incluido la formación de funcionarios públicos, la revisión de las currículas educativas, así como iniciativas orientadas a la valorización de la diversidad cultural. (IPPDH: 2017, p. 139)

Dessa forma, a promoção da Interculturalidade enquanto método ativo de intervenção pedagógica, o combate a todas as formas de preconceito, discriminação, racismo e xenofobia e a reflexão sobre a importância dos fluxos migratórios contemporâneos para a reinvenção da cidade, são eixos primordiais para assegurar a inclusão de todos os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, garantindo que seus direitos fundamentais sejam assegurados e diversidade cultural seja compreendida como riqueza, sendo acolhida no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria. **Sociedade multicultural e educação: tensões e conflitos**. In: **Didática crítica intercultural: aproximações**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

GIROUX, Henry; MCLAREN, Peter. **Formação do Professor como uma Contra-esfera pública: a pedagogia radical como forma de política cultural**. In: **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994. 5ª edição.

IPPDH. **Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos del MERCOSUR. Migrantes Regionales en la ciudad de San Pablo: Derechos sociales y Políticas Públicas**. 2017.

MAGALHÃES, Giovanna Modé. **O direito humano à educação e as migrações internacionais contemporâneas: notas para uma agenda de pesquisa**. **Cadernos Cenpec: São Paulo**, v.2 , n.2 . p.47-64. dez. 2012

SOBRE O ORGANIZADOR

Willian Douglas Guilherme : Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-434-4

